

Aula 06 - Prof. Alexandre Violato

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Legislação - 2025
(Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa
Lopes, Tulio Lages, Bruno
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**
29 de Junho de 2025
Manzato Moises

Sumário

Introdução	2
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	3
Disposições Preliminares.....	3
Princípios e Valores Fundamentais.....	4
Direitos e Deveres.....	4
Condutas Éticas e Vedações.....	7
Comissão de Ética e de Conduta	11
Atribuições e Competências	11
Composição da Comissão e Atribuição de seus Membros	12
Funcionamento da Comissão	13
Disposições Finais.....	14
Aposta Estratégica	15
Questões Estratégicas.....	16
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	23
Perguntas	23
Perguntas com respostas	26
Lista de Questões	31
Gabarito.....	34
Referências Bibliográficas	35



CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

INTRODUÇÃO

Nesta aula trabalharemos Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná – Decreto Judiciário nº 523/2021.

Por se tratar de um normativo específico do Poder Judiciário do Estado do Paraná não encontramos uma amostra de questões suficientes para que fosse feita uma análise estatística sobre seus tópicos.

Dessa forma, trabalharemos com questões inéditas ao final da aula, mas que reflitam o tipo de cobrança feita sobre o tipo de normativo estudado.



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

Disposições Preliminares

O Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná tem **as seguintes finalidades**:

- I. **estabelecer princípios e regras de condutas éticas**, sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares;
- II. **fortalecer a imagem institucional**;
- III. **fomentar comportamentos adequados ao ambiente de trabalho**;
- IV. **preservar a imagem e reputação** daquelas e daqueles que desempenham as atividades relacionadas ao Poder Judiciário do Estado do Paraná, direta ou indiretamente.

Os princípios, direitos, deveres e as regras de condutas éticas elencados no Código são aplicáveis às:

- I. servidoras e servidores efetivos e comissionados; e
- II. no que couber, às notárias e notários, registradoras e registradores, estagiárias e estagiários, voluntárias e voluntários, funcionárias e funcionários cedidos por outros órgãos, trabalhadoras e trabalhadores de empresas contratadas que exercem atividades terceirizadas e demais colaboradoras e colaboradores que têm vínculo permanente, temporário ou excepcional com o Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Objetivos do Código	
1	Explicitar os princípios éticos e as regras que devem orientar a conduta das pessoas a ele subordinado , fornecendo parâmetros para que a sociedade possa aferir a integridade e a lisura das ações adotadas no Poder Judiciário do Estado do Paraná para cumprimento de seus objetivos institucionais
2	Contribuir para transformar a visão, a missão, os objetivos e os valores institucionais do Poder Judiciário do Estado do Paraná em atitudes, comportamentos e práticas organizacionais orientados segundo elevado padrão de conduta ético-profissional
3	Reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre as regras e os princípios éticos adotados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná , facilitando a compatibilização dos valores individuais com os valores da instituição



Princípios e Valores Fundamentais

Princípios éticos e valores fundamentais a serem observados no exercício do cargo ou função	
1	Supremacia do interesse público, responsabilidade socioambiental e economicidade na utilização dos recursos públicos
2	Dignidade humana, reconhecimento e respeito à diversidade individual e coletiva
3	Integridade, honestidade, decoro e boa-fé
4	Legalidade, impessoalidade, moralidade e transparência
5	Eficiência na execução de suas atividades, sem prejuízo da qualidade e da celeridade
6	Sigilo profissional e segurança da informação
7	Competência e desenvolvimento profissional

Direitos e Deveres

Direitos	
1	Trabalhar em ambiente saudável, que preserve sua integridade física, moral e psicológica, com acesso às instalações físicas seguras, salubres, acessíveis e adequadas às atividades laborais
2	Ser tratada com equidade nos sistemas de avaliação de desempenho, para fins de declaração de estabilidade ou progressão funcional, bem como ter acesso às informações a eles inerentes
3	Ser cientificada, prévia e reservadamente, de forma verbal ou escrita, sobre a exoneração do cargo em comissão, revogação de função comissionada ou de relotação



4	Participar das atividades de capacitação e treinamento necessárias ao desenvolvimento profissional
5	Estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões relacionadas à atuação profissional na unidade judicial ou administrativa em que estiver lotado
6	Ter respeitado o sigilo das informações de ordem pessoal, que somente a ela digam respeito, inclusive médicas, ficando restritas à própria destinatária da norma e aos responsáveis pela guarda, manutenção e pelo tratamento dessas informações
7	Ter respeitado os horários da jornada de trabalho para que possa usufruir de tempo livre para se dedicar ao descanso e às atividades particulares, a fim de evitar o excesso de jornada ou abusos
8	Ter conhecimento das políticas institucionais de prevenção e combate ao assédio moral e/ou sexual, de promoção da igualdade e de respeito à diversidade no Poder Judiciário do Estado do Paraná

Deveres	
1	Observar princípios e regras de conduta ética estabelecidos no Código de Ética
2	Desempenhar as atribuições do cargo ou da função com elevado senso de comprometimento, impessoalidade, responsabilidade e probidade
3	Exercer as atribuições do cargo ou da função com zelo, eficácia, eficiência, excelência e rendimento funcional
4	Utilizar os recursos materiais fornecidos pelo Tribunal de forma correta, sem desperdícios e com responsabilidade socioambiental, devendo, dentre outras práticas de sustentabilidade, verificar quais os equipamentos que podem ser desligados, com vistas a economia de energia, bem como materiais que podem ser reaproveitados; promover a coleta seletiva de lixo e o uso de copos e xícaras reutilizáveis
5	Manter dignidade e decoro na vida pública e privada



6	Atender ao público externo e interno com a devida cortesia e urbanidade, respeitando as limitações e a condição de cada qual, sem promover a discriminação étnico-racial, por nacionalidade, sexo, orientação sexual, religião, opção político-partidária e posição econômica ou social
7	Manter sigilo de informações confidenciais obtidas no âmbito das atividades institucionais
8	Não utilizar o tempo do expediente e o ambiente de trabalho para resolver questões de ordem particular, principalmente, tendentes a criar um ambiente hostil, em detrimento do andamento das atividades
9	Frequentar cursos de aperfeiçoamento profissional, com o escopo de adquirir conhecimentos e aperfeiçoar a técnica, visando a melhoria da prestação dos serviços na área de sua atuação
10	Disseminar e compartilhar as informações e os conhecimentos obtidos em cursos de capacitação ofertados pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (EJUD-PR) e/ou custeados pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná
11	Conhecer e observar as atribuições relativas ao cargo ou ao exercício da função, conforme definição e nomenclatura previstas na legislação
12	Zelar pelo patrimônio público, pelos valores e pela imagem da instituição
13	Apresentar a prestação de contas dos bens e recursos sob sua responsabilidade no prazo estabelecido ou sempre que for determinado pela Administração
14	Empregar critérios objetivos e de avaliação de riscos para definição de prioridades nos projetos a serem executados
15	Firmar, no ato da posse, compromisso de conhecimento e de cumprimento dos princípios e das regras de conduta ética estabelecidos no Código de Ética e Conduta
16	Noticiar aos canais adequados a ocorrência de ação contrária a disposições contidas no Código de Ética e Conduta, em especial, situação de assédio sexual ou moral, discriminação de qualquer natureza, contra si ou qualquer pessoa, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná
17	Combater a corrupção em sua área de atuação, resistindo a pressões de superiores hierárquicos, de contratantes e de outros que visem a obter favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas, bem como denunciá-las



18	Colaborar, nos limites da competência do cargo ou da função que exerce, para o planejamento, a execução e os controles internos
19	Facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito, prestando toda colaboração ao seu alcance
20	Repor ou ressarcir bem público desaparecido ou avariado por sua culpa ou dolo
21	Manter atualizados seus dados cadastrais perante a Administração Pública
22	Não associar, sem autorização do órgão ou da autoridade competente, o nome ou a imagem do Poder Judiciário do Estado do Paraná a projetos, programas, campanhas, propagandas ou qualquer outra forma de divulgação
23	Manter os registros de trabalho, dados e as informações pertinentes ao setor onde tenha trabalhado
24	Cumprir rigorosamente as regras, orientações e diretrizes de segurança da informação
25	Não atribuir erro próprio a outrem ou dificultar sua apuração
26	Apresentar postura profissional e vestimentas adequadas ao exercício do cargo ou da função, evitando o uso de vestuário e adereços que comprometam a imagem e os valores institucionais, principalmente durante a realização de videoconferências ou reuniões virtuais
27	Responder aos contatos de superiora ou superior hierárquico, no horário da jornada de trabalho
28	Ser assíduo e pontual ao serviço

Condutas Éticas e Vedações

Condutas Éticas de Natureza Geral	
1	Resguardar, em sua conduta pessoal, a integridade, a honra e a dignidade de sua função, agindo em harmonia com os princípios e os valores éticos estabelecidos no Código de Ética
2	Ser proba, íntegra, leal e justa, sempre optando pela decisão que melhor atenda aos valores constitucionais
3	Desempenhar suas atividades com responsabilidade socioambiental, privilegiando a adoção de práticas que favoreçam a inclusão social e proteção ambiental



4	Defender o serviço público e seu fortalecimento e não praticar, sob quaisquer meios, atos atentatórios ao Estado Democrático de Direito, usando da cautela em suas manifestações e evitando depreciar a imagem do Poder Judiciário do Estado do Paraná, ressalvada a livre expressão do pensamento e a crítica de natureza construtiva
5	Participar de ações que promovam a efetivação dos direitos humanos e proteção dos grupos vulneráveis
6	Não praticar quaisquer atos atentatórios à liberdade sindical, organizacional de classe e movimentos sociais
7	Conviver com colegas e superiores de forma harmoniosa, demonstrando disponibilidade para ouvir e contribuir para a solução de conflitos na unidade

Condutas Éticas Adequadas às Gestoras e Gestores	
1	Realizar análise crítica sobre a necessidade dos produtos e serviços, suas quantidades e os preços apresentados nos orçamentos, nas autorizações e solicitações de pagamento, sempre com vistas ao atendimento do interesse público, observando a economicidade, a eficiência e a impessoalidade
2	Envidar esforços para que, nas contratações, seja alcançado o melhor custo/benefício aos cofres do Poder Judiciário do Estado do Paraná
3	Exigir, nos limites da competência da unidade, que as empresas contratadas cumpram suas obrigações nos exatos termos em que foram pactuados
4	Não se utilizar de cargo ou função em situações que configurem abuso de poder, assédio de qualquer natureza, discriminação ou práticas autoritárias nas relações de trabalho
5	Não criar obstáculos à interlocução livre entre agentes públicos, independentemente de posição hierárquica, por meio da exposição de ideias, pensamentos e opiniões, repudiando ameaças, chantagens, discriminações ou humilhações
6	Realizar capacitações em desenvolvimento gerencial proporcionadas pela Administração, participando, sempre que possível, de treinamentos relacionados à liderança, ao gerenciamento de pessoas, à gestão de projetos, à inovação, dentre outros



7	Conhecer e contribuir, de forma proativa e efetiva, para o alcance dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Paraná
8	Envidar esforços para atender às recomendações acolhidas pela Presidência do Poder Judiciário do Estado do Paraná provenientes dos trabalhos de auditoria interna
9	Implantar, manter ou revisar procedimentos e rotinas de fiscalização e mecanismos de controle e de gerenciamento de riscos, assim como de avaliação de resultados
10	Comunicar imediatamente, para fins de inativação, aos setores responsáveis o desligamento de servidoras e servidores e demais colaboradoras e colaboradores que possuem acesso aos sistemas do Poder Judiciário do Estado do Paraná
11	Não se submeter a ordem manifestamente ilegal
12	Empregar as melhores técnicas de gestão para o incremento da atividade-fim do Poder Judiciário do Estado do Paraná
13	Agir com urbanidade, empatia e respeito, tratando questões particulares dos membros da equipe com absoluta discrição
14	Comunicar à autoridade competente ato de servidora ou servidor a si subordinado de que tenha conhecimento e que atente contra os deveres de condutas e de ética estabelecidos no presente Código, bem como nas demais regras disciplinares do Poder Judiciário do Estado do Paraná
15	Conhecer e cumprir os atos normativos aplicáveis que tratam da vedação de nepotismo, em especial, o estabelecido na resolução n.º 7/2005 do CNJ
16	Priorizar práticas de gestão de pessoas que promovam uma cultura de meritocracia, gestão por competências, valorização e bem-estar de trabalhadores da unidade, reconhecendo seu importante papel no processo de mapeamento de competências e na avaliação de desempenho, de forma a gerar melhores resultados para a organização
17	Distribuir as tarefas de acordo com as habilidades e diferenças de cada uma e cada um, evitando sobrecargas, privilégios ou ociosidades entre integrantes do setor
18	Não utilizar subordinada e subordinado para atendimento a interesse particular



19	Apresentar, no prazo fixado, sempre que for solicitado pela Alta Administração, o plano de gestão contendo, no mínimo, a descrição das ações a serem realizadas em curto, médio e longo prazo, assim como os responsáveis
20	Devolver equipamentos ou materiais defeituosos ou que não estejam sendo usados pela unidade, possibilitando que sejam substituídos ou usados por outros setores
21	Incentivar e participar de ações que promovam a efetivação dos direitos humanos e proteção dos grupos vulneráveis
22	Implementar ações que favoreçam o alinhamento da equipe, a valorização e o reconhecimento no trabalho das pessoas, promovendo a participação da equipe nas tomadas de decisão e a integração e comunicação intra e intersetorial
23	Utilizar o tempo no gerenciamento de questões estratégicas, promovendo o alinhamento das atividades às metas, aos objetivos e aos valores da organização, bem como planejando o desdobramento da estratégia do Tribunal de forma participativa com a equipe de trabalho

Vedações	
1	Utilizar de informações privilegiadas em benefício próprio ou de terceiros
2	Usar do cargo ou da função para obter qualquer favor ou vantagem indevida para si ou para outrem
3	Extrapolar sua área de competência sem a devida autorização
4	Manifestar-se em nome do Poder Judiciário do Estado do Paraná sem autorização da autoridade competente
5	Praticar ato que atente contra a honra e a dignidade de sua função pública, os compromissos éticos assumidos no Código de Ética e os valores institucionais
6	Oferecer treinamentos, cursos ou outros serviços em nome do Poder Judiciário do Estado do Paraná ou aos seus agentes, sem prévia autorização formal dos órgãos ou das autoridades competentes
7	Utilizar de canais de comunicação do Poder Judiciário do Estado do Paraná para a propagação e divulgação de notícias falsas, propaganda comercial, religiosa ou político-partidária
8	Mentir ou dar falso testemunho



9	Usar desmedidamente palavras de baixo calão no ambiente de trabalho
10	Adotar condutas que possam caracterizar abuso de autoridade ou assédio de qualquer natureza, como comportamento agressivo, ofensivo, difamatório, ridicularizante, humilhante, calunioso, constrangedor, violento, abusivo ou qualquer manifestação de perseguição, seja física, sexual, psicológica, ideológica, moral ou qualquer outra, assim como eventuais condutas que ocasionem um ambiente intimidativo ou ofensivo
11	Atribuir, para si, o exercício de cargo ou função para o qual não está investido ou incorrer em situações caracterizadoras de desvio de função de forma intencional
12	Ser insubordinada ou insubordinado não obedecendo a ordem superior, salvo se manifestamente ilegal
13	<p>Solicitar, sugerir, provocar ou receber, para si ou para outrem, mesmo em ocasiões de festividade, qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, comissão, doação, presentes ou vantagens de qualquer natureza, de pessoa física ou jurídica interessada na atividade do agente:</p> <p>a) não se consideram presentes os brindes distribuídos a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas que tenham valor comercial irrisório;</p> <p>b) os presentes que, por alguma razão, não possam ser recusados ou devolvidos sem ônus para a servidora e para o servidor ou para a administração pública, serão doados a entidades de caráter filantrópico ou cultural.</p>

Comissão de Ética e de Conduta

Atribuições e Competências

São atribuições da Comissão de Ética e de Conduta:

- I. Zelar pelo aperfeiçoamento do Código de Ética, por iniciativa própria ou por sugestão de qualquer pessoa, a partir de estudos preliminares;
- II. Provocar e apoiar a divulgação do Código de Ética no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, promovendo ações informativas e educacionais relativas às suas disposições;



- III. Dirimir dúvidas a respeito da aplicação do Código de Ética e orientar sobre questões que envolvam a conduta ética de servidoras e servidores e demais colaboradoras e colaboradores;
- IV. Apresentar à Secretaria do Tribunal e à Presidência relatório de atividades ao final de cada exercício, do qual deverá constar avaliação dos resultados obtidos pela Comissão;
- V. Submeter à Secretaria do Tribunal e à Presidência sugestões de aprimoramento dos princípios e regras de conduta ética e adotar providências para promover a alteração deste Código sempre que se constatar a necessidade.

A Comissão não possui competência para instauração, instrução e julgamento dos processos administrativos nem para aplicação ou revisão das penalidades, sendo que **suas deliberações terão caráter meramente orientativo**.

Composição da Comissão e Atribuição de seus Membros

A Comissão é integrada por 05 servidoras e servidores, representantes de diferentes setores, instâncias e cargos, **ocupantes de cargos efetivos e estáveis do Poder Judiciário do Estado do Paraná**, que não estejam respondendo a processo administrativo, civil ou penal, em função de sua conduta profissional ou, se sofreram punição, que estejam reabilitados.

Os membros acima são designados pela Presidência do Tribunal, com **mandato de 2 anos**, prorrogável uma única vez por igual período.

O cargo de Presidente da Comissão é nomeado através da Presidência do Tribunal, dentre membros que integram a Comissão.

- Cabe à Presidência do Tribunal indicar a substituta ou o substituto do cargo de Presidente da Comissão, bem como escolher 2 suplentes para eventuais substituições dos demais membros.

As reuniões são instaladas com a presença de pelo menos 3 membros, dentre eles obrigatoriamente a Presidente ou o Presidente, e as deliberações são tomadas por maioria simples dos votos.

O membro da Comissão que vier a ser indiciada ou indiciado administrativa, civil ou criminalmente, em função de sua conduta profissional, fica suspenso da Comissão até a decisão final, substituindo-lhe a suplente ou o suplente.

Os membros da Comissão desempenham suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos e **não haverá percepção de gratificação pelo exercício da função**.

Os trabalhos desenvolvidos na Comissão são considerados prestação de relevante serviço público e constarão dos assentamentos funcionais da servidora e do servidor.



Eventuais conflitos de interesse que possam surgir em função do exercício das atividades profissionais de integrantes da Comissão **devem ser informados à Presidência da Comissão**. Se o conflito de interesse for da Presidente ou do Presidente da Comissão, deve ser informado à Presidência do Tribunal de Justiça.

A critério da Presidência da Comissão, pode ser aberta chamada pública com vistas a convidar interessada ou interessado a participar ou colaborar com a Comissão, que não tem direito a voto.

Art. 10, § 10. Havendo necessidade de parecer jurídico para subsidiar a decisão, a Comissão contará com o apoio da Consultoria Jurídica competente para apreciar a matéria em pauta.

O Presidente da Comissão tem as seguintes competências:

- I. convocar e presidir as reuniões, bem como delegar competências para tarefas específicas;
- II. coordenar os trabalhos da Comissão;
- III. indicar um dos membros da Comissão para secretariar os trabalhos;
- IV. exercer o seu voto em todas as reuniões e, caso necessário, o voto de desempate;
- V. solicitar informações para instruir as consultas formuladas.

Aos demais membros da Comissão cabe apreciar, instruir e votar as matérias que lhes forem submetidas pela Presidência da Comissão.

Funcionamento da Comissão

A Comissão se reúne, pelo menos, duas vezes ao ano e sempre que for convocada por sua Presidência, com destaque para o seguinte:

- I. as decisões da Comissão são registradas em atas e inseridas no Sistema Eletrônico de Informação (SEI);
- II. eventuais orientações da Comissão são divulgadas na internet;
- III. as ausências às reuniões devem ser justificadas pelo membro da Comissão;
- IV. as deliberações da Comissão devem ser encaminhadas, em expediente no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), à Presidência e à Secretaria do Tribunal;
- V. as reuniões são realizadas, preferencialmente, por videoconferência.



Disposições Finais

A Comissão do Código de Ética e Conduta deve realizar estudos e adotar medidas administrativas para divulgar às pessoas a ele subordinadas e, se for o caso, integrar o Código ao termo de compromisso de estágio, aos contratos de prestação de serviços e demais instrumentos de forma a assegurar o alinhamento de conduta entre todas colaboradoras e colaboradores do Tribunal.

As pessoas que descumprirem as disposições estabelecidas no Código recebem orientações, sem prejuízo da apuração de condutas que constituam falta disciplinar, nos termos da lei e dos regulamentos internos próprios.

Os preceitos do Código complementam os direitos e deveres funcionais que emanam da Constituição Federal e Estadual, do Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e das demais disposições legais pertinentes.



APOSTA ESTRATÉGICA



Com base nas questões de concursos passados e de outros que cobram o mesmo tema, sugerimos uma atenção maior vedações previstas no Código:

Vedações	
1	Utilizar de informações privilegiadas em benefício próprio ou de terceiros
2	Usar do cargo ou da função para obter qualquer favor ou vantagem indevida para si ou para outrem
3	Extrapolar sua área de competência sem a devida autorização
4	Manifestar-se em nome do Poder Judiciário do Estado do Paraná sem autorização da autoridade competente
5	Praticar ato que atente contra a honra e a dignidade de sua função pública, os compromissos éticos assumidos no Código de Ética e os valores institucionais
6	Oferecer treinamentos, cursos ou outros serviços em nome do Poder Judiciário do Estado do Paraná ou aos seus agentes, sem prévia autorização formal dos órgãos ou das autoridades competentes
7	Utilizar de canais de comunicação do Poder Judiciário do Estado do Paraná para a propagação e divulgação de notícias falsas, propaganda comercial, religiosa ou político-partidária
8	Mentir ou dar falso testemunho
9	Usar desmedidamente palavras de baixo calão no ambiente de trabalho
10	Adotar condutas que possam caracterizar abuso de autoridade ou assédio de qualquer natureza, como comportamento agressivo, ofensivo, difamatório, ridicularizante, humilhante, calunioso, constrangedor, violento, abusivo ou qualquer manifestação de perseguição, seja física, sexual, psicológica, ideológica, moral ou qualquer outra, assim como eventuais condutas que ocasionem um ambiente intimidativo ou ofensivo



11	Atribuir, para si, o exercício de cargo ou função para o qual não está investido ou incorrer em situações caracterizadoras de desvio de função de forma intencional
12	Ser insubordinada ou insubordinado não obedecendo a ordem superior, salvo se manifestamente ilegal
13	<p>Solicitar, sugerir, provocar ou receber, para si ou para outrem, mesmo em ocasiões de festividade, qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, comissão, doação, presentes ou vantagens de qualquer natureza, de pessoa física ou jurídica interessada na atividade do agente:</p> <p>a) não se consideram presentes os brindes distribuídos a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas que tenham valor comercial irrisório;</p> <p>b) os presentes que, por alguma razão, não possam ser recusados ou devolvidos sem ônus para a servidora e para o servidor ou para a administração pública, serão doados a entidades de caráter filantrópico ou cultural.</p>

QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Por se tratar de um normativo específico do Poder Judiciário do Estado do Paraná não encontramos em nossa análise questões passadas sobre o tema. Assim, iremos trabalhar com questões inéditas, dos tipos Certo e Errado e Múltipla Escolha, que sejam suficientes para fixação do tema e reflitam o nível de dificuldade cobrado a respeito.



Em nosso simulado iremos trabalhar apenas com questões no estilo a ser cobrado pela Banca.

1. (Passo Estratégico/Inédita)

De acordo com o Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, assinale a alternativa que não traz uma de suas finalidades:

- a) estabelecer princípios e regras de condutas éticas, sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares;
- b) fortalecer a imagem institucional;
- c) reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre as regras e os princípios éticos adotados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, facilitando a compatibilização dos valores individuais com os valores da instituição;
- d) fomentar comportamentos adequados ao ambiente de trabalho;
- e) preservar a imagem e reputação daquelas e daqueles que desempenham as atividades relacionadas ao Poder Judiciário do Estado do Paraná, direta ou indiretamente.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C, uma vez que esse é um dos objetivos do Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, conforme inciso III do artigo 2º do Decreto Judiciário nº 523/2021:

Art. 1º Fica instituído o Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com as seguintes **finalidades**:

I - estabelecer princípios e regras de condutas éticas, sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares; (**Letra A**)

II - fortalecer a imagem institucional; (**Letra B**)

III - fomentar comportamentos adequados ao ambiente de trabalho; (**Letra D**)

IV - preservar a imagem e reputação daquelas e daqueles que desempenham as atividades relacionadas ao Poder Judiciário do Estado do Paraná, direta ou indiretamente. (**Letra E**)

(...)

Art. 2º O Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná tem por **objetivo**:

III - reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre as regras e os princípios éticos adotados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, facilitando a compatibilização dos valores individuais com os valores da instituição. (Letra C - **incorreta**)



Gabarito: Letra C

Julgue os itens seguintes de acordo com o Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná:

2. (Passo Estratégico/Inédita)

Um dos princípios éticos e valores fundamentais a serem observados pelas pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, no exercício de cargo ou função é a supremacia do interesse público, a responsabilidade socioambiental e a economicidade na utilização dos recursos públicos.

Comentários

A afirmativa está de acordo com o inciso I do artigo 3º do Decreto Judiciário nº 523/2021:

Art. 3º São princípios éticos e valores fundamentais a serem observados pelas pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, no exercício de cargo ou função:

I - a supremacia do interesse público, a responsabilidade socioambiental e a economicidade na utilização dos recursos públicos;

Gabarito: Certo

3. (Passo Estratégico/Inédita)

Participar de cursos de aperfeiçoamento profissional é um direito da pessoa subordinada ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, mas não um dever.

Comentários

Trata-se não apenas de um direito, elencado no inciso IV do artigo 4º do Decreto Judiciário nº 523/2021, mas também um dever, elencado no art. 5º, IX, do Decreto:

Art. 4º **São direitos** das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná:

(...)

IV - participar das atividades de capacitação e treinamento necessárias ao desenvolvimento profissional;

(...)

Art. 5º São **deveres** das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná:

(...)



IX - frequentar cursos de aperfeiçoamento profissional, com o escopo de adquirir conhecimentos e aperfeiçoar a técnica, visando a melhoria da prestação dos serviços na área de sua atuação;

Gabarito: Errado

4. (Passo Estratégico/Inédita)

Ser proba, íntegra, leal e justa, sempre optando pela decisão que melhor atenda aos valores constitucionais é uma das condutas éticas que se espera das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Comentários

A afirmativa está de acordo com o inciso II do artigo 6º do Decreto Judiciário nº 523/2021:

Art. 6º **São condutas éticas** das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná:

(...)

II - ser proba, íntegra, leal e justa, sempre optando pela decisão que melhor atenda aos valores constitucionais;

Gabarito: Certo

5. (Passo Estratégico/Inédita)

É vedado ao servidor do Poder Judiciário extrapolar sua área de competência, ainda que devidamente autorizado.

Comentários

Realmente está entre as condutas vedadas que o servidor extrapole sua área de competência, porém apenas se não tiver a devida autorização, conforme inciso III do artigo 8º do Decreto Judiciário nº 523/2021:

Art. 8º São condutas vedadas:

(...)

III - extrapolar sua área de competência **sem a devida autorização**;

Gabarito: Errado

6. (Passo Estratégico/Inédita)

Zelar pelo aperfeiçoamento do Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer pessoa, a partir de estudos preliminares, é uma das atribuições da Comissão de Ética e Conduta.



Comentários

Essa é uma das atribuições da Comissão de Ética e Conduta listada no artigo 9º do Decreto Judiciário nº 523/2021:

Art. 9º Fica instituída a Comissão de Ética e de Conduta com as seguintes atribuições:
I - zelar pelo aperfeiçoamento deste Código, por iniciativa própria ou por sugestão de qualquer pessoa, a partir de estudos preliminares;

Gabarito: Certo

7. (Passo Estratégico/Inédita)

As deliberações da Comissão de Ética e Conduta terão caráter normativo, com força de lei, a ser seguido por todos.

Comentários

A afirmativa está incorreta, pois tais deliberações têm caráter meramente orientativo, conforme o § 2º do artigo 9º do Decreto Judiciário nº 523/2021:

Art. 9º Fica instituída a Comissão de Ética e de Conduta com as seguintes atribuições:
(...)
§ 2º As deliberações da Comissão terão caráter **meramente orientativo**.

Gabarito: Errado

8. (Passo Estratégico/Inédita)

Os membros da Comissão de Ética e Conduta desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos, recebendo para tanto uma gratificação pelo exercício da função.

Comentários

A afirmativa está incorreta, já que não haverá percepção de gratificação pelo exercício de tal função, conforme o § 6º do artigo 9º do Decreto Judiciário nº 523/2021:

Art. 9º Fica instituída a Comissão de Ética e de Conduta com as seguintes atribuições:
(...)
§ 6º Os membros da Comissão desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos e **não haverá percepção de gratificação pelo exercício da função**.

Gabarito: Errado



9. (Passo Estratégico/Inédita)

Assinale a alternativa que não traz um dos princípios éticos e valores fundamentais a serem observados pelas pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

- a) a dignidade humana, o reconhecimento e o respeito à diversidade individual e coletiva;
- b) a integridade, a honestidade, o decoro e a boa-fé;
- c) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a transparência;
- d) a eficiência na execução de suas atividades, ainda que com prejuízo da qualidade e da celeridade;
- e) o sigilo profissional e a segurança da informação.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra D, pois realmente deve ser observada a eficiência na execução das atividades, mas sem prejuízo da qualidade e da celeridade, conforme inciso V do artigo 3º do Decreto Judiciário nº 523/2021:

Art. 3º São princípios éticos e valores fundamentais a serem observados pelas pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, no exercício de cargo ou função:

(...)

II - a dignidade humana, o reconhecimento e o respeito à diversidade individual e coletiva; (**Letra A**)

III - a integridade, a honestidade, o decoro e a boa-fé; (**Letra B**)

IV - a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a transparência; (**Letra C**)

V - a eficiência na execução de suas atividades, **sem prejuízo da qualidade e da celeridade**; (**Letra D - incorreta**)

VI - o sigilo profissional e a segurança da informação; (**Letra E**)

Gabarito: Letra D

10.(Passo Estratégico/Inédita)

Assinale abaixo a alternativa que não traz uma conduta vedada pelo Código de Ética e Conduta:

- a) utilizar de informações privilegiadas em benefício próprio ou de terceiros;
- b) usar do cargo ou da função para obter qualquer favor ou vantagem indevida para si ou para outrem;



- c) oferecer treinamentos, cursos ou outros serviços em nome do Poder Judiciário do Estado do Paraná ou aos seus agentes, sem prévia autorização formal dos órgãos ou das autoridades competentes;
- d) utilizar de canais de comunicação do Poder Judiciário do Estado do Paraná para a propagação e divulgação de notícias falsas, propaganda comercial, religiosa ou político-partidária;
- e) ser insubordinada ou insubordinado não obedecendo a ordem superior, ainda que manifestamente ilegal.

Comentários

Todos os itens estão previstos no artigo 8º do Decreto Judiciário nº 523/2021, porém a alternativa E está incorreta, já que não é vedado desobedecer a ordem superior quando essa for manifestamente ilegal:

Art. 8º São condutas vedadas:

I - utilizar de informações privilegiadas em benefício próprio ou de terceiros; (Letra A)

II - usar do cargo ou da função para obter qualquer favor ou vantagem indevida para si ou para outrem; (Letra B)

(...)

VI - oferecer treinamentos, cursos ou outros serviços em nome do Poder Judiciário do Estado do Paraná ou aos seus agentes, sem prévia autorização formal dos órgãos ou das autoridades competentes; (Letra C)

VII - utilizar de canais de comunicação do Poder Judiciário do Estado do Paraná para a propagação e divulgação de notícias falsas, propaganda comercial, religiosa ou político-partidária; (Letra D)

(...)

XII - ser insubordinada ou insubordinado não obedecendo a ordem superior, **salvo se manifestamente ilegal**; (Letra E - **incorreta**)

Gabarito: Letra E



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

- 1) Os princípios, direitos, deveres e as regras de condutas éticas elencados no Código de Ética e Conduta são aplicáveis a quem?
- 2) Um dos objetivos do Código de Ética e Conduta é contribuir para transformar a _____(1), a missão, os objetivos e os valores institucionais do Poder Judiciário do Estado do Paraná em atitudes, _____(2) e práticas _____(3) orientados segundo elevado padrão de conduta _____(4);
- 3) Um dos direitos das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta é trabalhar em ambiente _____(1), que preserve sua integridade _____(2), moral e psicológica, com acesso às instalações físicas _____(3), salubres, acessíveis e adequadas às atividades _____(4).
- 4) Um dos deveres listados pelo Código é combater a corrupção em sua área de _____(1), resistindo a pressões de _____(2) hierárquicos, de _____(3) e de outros que visem a obter favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações _____(4), ilegais ou aéticas, bem como denunciá-las.
- 5) Uma das condutas éticas listadas pelo Código de Ética é defender o serviço público e seu _____(1) e não praticar, sob quaisquer meios, atos _____(2) ao Estado Democrático de Direito, usando da cautela em suas manifestações e evitando _____(3) a imagem do Poder Judiciário do Estado do Paraná, ressalvada a livre expressão do pensamento e a _____(4) de natureza construtiva;
- 6) Conviver com colegas e superiores de forma harmoniosa, demonstrando disponibilidade para ouvir e contribuir para a solução de conflitos na unidade é considerado pelo Código como uma conduta ética de qual natureza?



- 7) O Código de Ética e Conduta lista uma série de condutas éticas, dividindo-as em dois grupos distintos. Um deles são as condutas de natureza geral. Qual seria a outra lista de condutas especificadas?
- 8) É vedado adotar condutas que possam caracterizar abuso de autoridade ou _____ (1) de qualquer natureza, como comportamento agressivo, ofensivo, _____ (2), ridicularizante, humilhante, calunioso, constrangedor, violento, abusivo ou qualquer _____ (3) de perseguição, seja física, sexual, psicológica, ideológica, moral ou qualquer outra, assim como eventuais condutas que ocasionem um ambiente _____ (4) ou ofensivo
- 9) Uma conduta vedada é atribuir, para si, o _____ (1) de cargo ou função para o qual não está _____ (2) ou incorrer em situações caracterizadoras de _____ (3) de função de forma _____ (4).
- 10) O que não é considerado um presente segundo o Código de Ética e Conduta?
- 11) Qual destino deve ser dado aos presentes que, por alguma razão, não puderam ser recusados ou devolvidos sem ônus para a servidora e para o servidor ou para a Administração Pública?
- 12) Como se dá a composição da Comissão de Ética e Conduta?
- 13) Quanto tempo de mandato possuem os membros da Comissão de Ética e Conduta?
- 14) Como se dá as deliberações da Comissão de Ética e Conduta?
- 15) Os trabalhos desenvolvidos na Comissão de Ética e Conduta ensejam o pagamento de gratificação?
- 16) As _____ (1) que descumprirem as disposições estabelecidas no Código de Ética e Conduta receberão _____ (2), sem prejuízo da apuração de



condutas que constituam falta _____ (3), nos termos da lei e dos regulamentos internos próprios.



Perguntas com respostas

1) Os princípios, direitos, deveres e as regras de condutas éticas elencados no Código de Ética e Conduta são aplicáveis a quem?

O parágrafo único do artigo 1º lista uma série de agentes públicos, mas basicamente ele se aplica aos servidores efetivos e comissionados, trabalhadores de empresas contratadas que exerçam atividade terceirizada e demais colaboradores que tenham vínculo permanente, temporário ou excepcional com o Poder Judiciário do Estado do Paraná:

Art. 1º, Parágrafo único. Os princípios, direitos, deveres e as regras de condutas éticas elencados neste Código são aplicáveis às servidoras e servidores efetivos e comissionados e, no que couber, às notárias e notários, registradoras e registradores, estagiárias e estagiários, voluntárias e voluntários, funcionárias e funcionários cedidos por outros órgãos, trabalhadoras e trabalhadores de empresas contratadas que exercem atividades terceirizadas e demais colaboradoras e colaboradores que têm vínculo permanente, temporário ou excepcional com o Poder Judiciário do Estado do Paraná.

2) Um dos objetivos do Código de Ética e Conduta é contribuir para transformar a _____(1), a missão, os objetivos e os valores institucionais do Poder Judiciário do Estado do Paraná em atitudes, _____(2) e práticas _____(3) orientados segundo elevado padrão de conduta _____(4);

As lacunas são preenchidas pelos seguintes termos:

1 - visão

2 - comportamentos

3 - organizacionais

4 - ético-profissional

Art. 2º, II - contribuir para transformar a **visão**, a missão, os objetivos e os valores institucionais do Poder Judiciário do Estado do Paraná em atitudes, **comportamentos** e práticas **organizacionais** orientados segundo elevado padrão de conduta **ético-profissional**;

3) Um dos direitos das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta é trabalhar em ambiente _____(1), que preserve sua integridade _____(2), moral e psicológica, com acesso às instalações físicas _____(3), salubres, acessíveis e adequadas às atividades _____(4).

As lacunas são preenchidas pelos seguintes termos:



- 1 - saudável
- 2 - física
- 3 - seguras
- 4 - laborais

Art. 4º São direitos das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná:

I - trabalhar em ambiente **saudável**, que preserve sua integridade **física**, moral e psicológica, com acesso às instalações físicas **seguras**, salubres, acessíveis e adequadas às atividades **laborais**;

4) Um dos deveres listados pelo Código é combater a corrupção em sua área de _____(1), resistindo a pressões de _____(2) hierárquicos, de _____(3) e de outros que visem a obter favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações _____(4), ilegais ou aéticas, bem como denunciá-las.

As lacunas são preenchidas pelos seguintes termos:

- 1 - atuação
- 2 - superiores
- 3 - contratantes
- 4 - imorais

Art. 5º São deveres das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná:

(...)

XVII - combater a corrupção em sua área de **atuação**, resistindo a pressões de **superiores** hierárquicos, de **contratantes** e de outros que visem a obter favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações **imorais**, ilegais ou aéticas, bem como denunciá-las;

5) Uma das condutas éticas listadas pelo Código de Ética é defender o serviço público e seu _____(1) e não praticar, sob quaisquer meios, atos _____(2) ao Estado Democrático de Direito, usando da cautela em suas manifestações e evitando _____(3) a imagem do Poder Judiciário do Estado do Paraná, ressalvada a livre expressão do pensamento e a _____(4) de natureza construtiva;

As lacunas são preenchidas pelos seguintes termos:



- 1 - fortalecimento
- 2 - atentatórios
- 3 - depreciar
- 4 - crítica

Art. 6º São condutas éticas das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná:

(...)

IV - defender o serviço público e seu **fortalecimento** e não praticar, sob quaisquer meios, atos **atentatórios** ao Estado Democrático de Direito, usando da cautela em suas manifestações e evitando **depreciar** a imagem do Poder Judiciário do Estado do Paraná, ressalvada a livre expressão do pensamento e a **crítica** de natureza construtiva;

6) Conviver com colegas e superiores de forma harmoniosa, demonstrando disponibilidade para ouvir e contribuir para a solução de conflitos na unidade é considerado pelo Código como uma conduta ética de qual natureza?

Tal fato é considerado uma conduta ética de natureza geral (Art. 6º, inciso VII).

7) O Código de Ética e Conduta lista uma série de condutas éticas, dividindo-as em dois grupos distintos. Um deles são as condutas de natureza geral. Qual seria a outra lista de condutas especificadas?

Além das condutas éticas de natureza geral, o Código de Ética e Conduta lista as condutas éticas adequadas às gestoras e aos gestores. (Art.7º)

8) É vedado adotar condutas que possam caracterizar abuso de autoridade ou _____ (1) de qualquer natureza, como comportamento agressivo, ofensivo, _____ (2), ridicularizante, humilhante, calunioso, constrangedor, violento, abusivo ou qualquer _____ (3) de perseguição, seja física, sexual, psicológica, ideológica, moral ou qualquer outra, assim como eventuais condutas que ocasionem um ambiente _____ (4) ou ofensivo

As lacunas são preenchidas pelos seguintes termos:

- 1 - assédio
- 2 - difamatório
- 3 - manifestação
- 4 - intimidativo

Art. 8º São condutas vedadas:

(...)



X - adotar condutas que possam caracterizar abuso de autoridade ou **assédio** de qualquer natureza, como comportamento agressivo, ofensivo, **difamatório**, ridicularizante, humilhante, calunioso, constrangedor, violento, abusivo ou qualquer **manifestação** de perseguição, seja física, sexual, psicológica, ideológica, moral ou qualquer outra, assim como eventuais condutas que ocasionem um ambiente **intimidativo** ou ofensivo;

9) Uma conduta vedada é atribuir, para si, o _____(1) de cargo ou função para o qual não está _____(2) ou incorrer em situações caracterizadoras de _____(3) de função de forma _____(4).

As lacunas são preenchidas pelos seguintes termos:

- 1- exercício
- 2- investido
- 3- desvio
- 4- intencional

Art. 8º São condutas vedadas:

(...)

XI - atribuir, para si, o **exercício** de cargo ou função para o qual não está **investido** ou incorrer em situações caracterizadoras de **desvio** de função de forma **intencional**;

10) O que não é considerado um presente segundo o Código de Ética e Conduta?

Não se consideram presentes os brindes distribuídos a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas que tenham valor comercial irrisório (Art. 8º, inciso XIII).

11) Qual destino deve ser dado aos presentes que, por alguma razão, não puderam ser recusados ou devolvidos sem ônus para a servidora e para o servidor ou para a Administração Pública?

Nesse caso, eles são doados a entidades de caráter filantrópico ou cultural (Art. 8º, inciso XIII).

12) Como se dá a composição da Comissão de Ética e Conduta?

A Comissão é integrada por 5 servidoras e servidores, representantes de diferentes setores, instâncias e cargos, ocupantes de cargos efetivos e estáveis do Poder Judiciário do Estado do Paraná, que não estejam respondendo a processo administrativo, civil ou penal, em função de sua conduta profissional ou, se sofreram punição, que estejam reabilitados (Art. 10).

13) Quanto tempo de mandato possuem os membros da Comissão de Ética e Conduta?



O mandato é de 2 anos, prorrogável uma única vez. (Art. 10, § 1º)

14) Como se dá as deliberações da Comissão de Ética e Conduta?

As deliberações são tomadas por maioria simples dos votos (Art. 10, § 4º)

15) Os trabalhos desenvolvidos na Comissão de Ética e Conduta ensejam o pagamento de gratificação?

Os trabalhos desenvolvidos na Comissão são considerados prestação de relevante serviço público e constarão dos assentamentos funcionais (Art. 10, § 7º), mas não ensejam o pagamento de gratificação pelo exercício da função (Art. 10, § 6º).

16) As _____ (1) que descumprirem as disposições estabelecidas no Código de Ética e Conduta receberão _____ (2), sem prejuízo da apuração de condutas que constituam falta _____ (3), nos termos da lei e dos regulamentos internos próprios.

As lacunas são preenchidas com os seguintes termos:

1 - pessoas

2 - orientações

3 - disciplinar

Art. 15. As **pessoas** que descumprirem as disposições estabelecidas neste Código receberão **orientações**, sem prejuízo da apuração de condutas que constituam falta **disciplinar**, nos termos da lei e dos regulamentos internos próprios.

LISTA DE QUESTÕES

1. (Passo Estratégico/Inédita)

De acordo com o Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, assinale a alternativa que não traz uma de suas finalidades:

- a) estabelecer princípios e regras de condutas éticas, sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares;
- b) fortalecer a imagem institucional;
- c) reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre as regras e os princípios éticos adotados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, facilitando a compatibilização dos valores individuais com os valores da instituição;
- d) fomentar comportamentos adequados ao ambiente de trabalho;
- e) preservar a imagem e reputação daquelas e daqueles que desempenham as atividades relacionadas ao Poder Judiciário do Estado do Paraná, direta ou indiretamente.

Julgue os itens seguintes de acordo com o Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná:

2. (Passo Estratégico/Inédita)

Um dos princípios éticos e valores fundamentais a serem observados pelas pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, no exercício de cargo ou função é a supremacia do interesse público, a responsabilidade socioambiental e a economicidade na utilização dos recursos públicos.

3. (Passo Estratégico/Inédita)

Participar de cursos de aperfeiçoamento profissional é um direito da pessoa subordinada ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, mas não um dever.

4. (Passo Estratégico/Inédita)

Ser probo, íntegro, leal e justo, sempre optando pela decisão que melhor atenda aos valores constitucionais é uma das condutas éticas que se espera das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná.



5. (Passo Estratégico/Inédita)

É vedado ao servidor do Poder Judiciário extrapolar sua área de competência, ainda que devidamente autorizado.

6. (Passo Estratégico/Inédita)

Zelar pelo aperfeiçoamento do Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer pessoa, a partir de estudos preliminares, é uma das atribuições da Comissão de Ética e Conduta.

7. (Passo Estratégico/Inédita)

As deliberações da Comissão de Ética e Conduta terão caráter normativo, com força de lei, a ser seguido por todos.

8. (Passo Estratégico/Inédita)

Os membros da Comissão de Ética e Conduta desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos, recebendo para tanto uma gratificação pelo exercício da função.

9. (Passo Estratégico/Inédita)

Assinale a alternativa que não traz um dos princípios éticos e valores fundamentais a serem observados pelas pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

- a) a dignidade humana, o reconhecimento e o respeito à diversidade individual e coletiva;
- b) a integridade, a honestidade, o decoro e a boa-fé;
- c) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a transparência;
- d) a eficiência na execução de suas atividades, ainda que com prejuízo da qualidade e da celeridade;
- e) o sigilo profissional e a segurança da informação.



10.(Passo Estratégico/Inédita)

Assinale abaixo a alternativa que não traz uma conduta vedada pelo Código de Ética e Conduta:

- a) utilizar de informações privilegiadas em benefício próprio ou de terceiros;
- b) usar do cargo ou da função para obter qualquer favor ou vantagem indevida para si ou para outrem;
- c) oferecer treinamentos, cursos ou outros serviços em nome do Poder Judiciário do Estado do Paraná ou aos seus agentes, sem prévia autorização formal dos órgãos ou das autoridades competentes;
- d) utilizar de canais de comunicação do Poder Judiciário do Estado do Paraná para a propagação e divulgação de notícias falsas, propaganda comercial, religiosa ou político-partidária;
- e) ser insubordinada ou insubordinado não obedecendo a ordem superior, ainda que manifestamente ilegal.



GABARITO



- | | |
|------------|-------------|
| 1. Letra C | 6. Certo |
| 2. Certo | 7. Errado |
| 3. Errado | 8. Errado |
| 4. Certo | 9. Letra D |
| 5. Errado | 10. Letra E |



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Decreto Judiciário do Estado do Paraná nº 523/2021



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.